

CÂMARA MUNICIPAL
Secretaria

Protocolado sob nº 003/2004
Em 11 de 02/2004

Projeto de lei n.º 002/2004

Súmula: Estabelece as Diretrizes para a Implantação da política de Saúde Bucal no Município de Carambeí e dá outras providências.

Art. 1º. A Política Municipal de Saúde Bucal, no Município de Carambeí, seguirá as diretrizes previstas na presente Lei, visando garantir ações de atenção à saúde bucal e de assistência odontológica, dirigidas à população do Município.

Art. 2º. Compete ao Município:

- I- definir a política municipal de saúde bucal, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando as deliberações do Conselho Municipal de Saúde e as sugestões das Conferências Municipais de Saúde ou da Conferência Municipal de Saúde Bucal, quando esta ocorrer;
- II- prestar assistência odontológica integral a todos os cidadãos do município, sem discriminação de faixa etária;
- III- promover ações de atenção à saúde bucal, que contemplem atividades de promoção da saúde e de prevenção de doenças;
- IV- inserir as ações de saúde bucal no Programa de Saúde da Família;
- V- hierarquizar e articular o sistema de atenção à saúde bucal, assegurando a atenção primária, secundária e terciária, por meio de clínicas de especialidades e retaguarda hospitalar;
- VI- reorganizar o processo de trabalho em saúde bucal com a formação de equipes de saúde bucal, incorporando cirurgiões dentistas, atendentes de consultório dentário, técnicos em higiene dental, técnicos de manutenção de equipamentos odontológicos;
- VII- organizar e manter ações de vigilâncias epidemiológica e sanitária em saúde bucal, articuladas no Sistema Municipal de Vigilância em Saúde;
- VIII- organizar e manter ações de informação em saúde bucal;
- IX- articular, em conjunto com os outros municípios da Região e a Secretaria de Estado da Saúde, a política regional de saúde bucal;
- X- articular-se com a Secretaria de Estado da Saúde, visando ao desenvolvimento de políticas integradas.

Art. 3º. A Política Municipal de Saúde Bucal deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- I- participação das representações da sociedade civil, em especial dos usuários, e de instituições governamentais, universidades, organizações não-governamentais, entidades representativas da área odontológica e da saúde coletiva, interessados no problema da saúde bucal;
- II- avaliação do impacto que as condições de vida e de trabalho provocam na saúde bucal da população;
- III- identificação dos critérios de risco social, individual e biológico para os agravos à saúde bucal;
- IV- ampliação dos conhecimentos sobre a situação de saúde bucal, por meio de pesquisas epidemiológicas em todos os níveis;
- V- realização periódica de levantamentos epidemiológicos em saúde bucal;
- VI- estudos, pesquisas, avaliações e elaboração de normas técnicas para a prevenção e o controle dos riscos e agravos potenciais à saúde bucal;
- VII- desenvolvimento de políticas de formação, atualização e qualificação profissional para os cirurgiões-dentistas, atendentes de consultório dentário, técnicos em higiene dental e demais profissionais da saúde e de outras secretarias afins;
- VIII- sistematização, análise e difusão das informações produzidas;
- IX- estudos, pesquisas, avaliações e elaboração de normas técnicas para a vigilância sanitária do meio-ambiente, dos serviços de saúde bucal e dos insumos de uso odontológico e outros, relacionados à saúde bucal;
- X- desenvolvimento de práticas de humanização no atendimento;
- XI- organização de ações de saúde bucal no âmbito do Programa de Saúde da Família;
- XII- reorientação dos modelos de atenção à saúde bucal, priorizando as ações voltadas para a promoção da saúde e prevenção dos agravos à saúde bucal de maior gravidade e transcendência;
- XIII- desenvolvimento de ações educativas;
- XIV- viabilização de um projeto de integração das áreas da saúde, educação e comunicação social, buscando a formação de profissionais, professores e multiplicadores, capacitados para atuarem conjuntamente na promoção da saúde bucal da população;
- XV- realização de ações coletivas em saúde bucal em espaços institucionais e na comunidade;
- XVI- fornecimento gratuito de insumos de higiene bucal para os grupos de maior risco;
- XVII- manutenção e ações de Vigilância Sanitária da Fluoretação das Águas de abastecimento público;
- XVIII- incorporação de novas tecnologias de trabalho odontológico, com a finalidade de aumentar a cobertura assistencial, através de clínicas modulares localizadas em unidades de saúde;
- XIX- reformulação dos ambientes de trabalho, visando a implantação de novas clínicas modulares;

XX- garantia da integralidade da atenção, através de mecanismos que dão suporte às atividades curativas nas várias especialidades odontológicas;
XXI- garantia de acesso à assistência odontológica e ações preventivas a pacientes especiais;
XXII- integração da assistência odontológica aos demais programas de saúde e, em especial, ao de saúde do trabalhador;
XXIII- inclusão da educação em saúde bucal com o tema transversal abordado nas escolas de educação infantil, ensino básico e ensino médio;
XXIV- realização de parcerias com instituições de ensino públicas ou privadas, possibilitando o desenvolvimento de estágios e outras atividades de integração docente-assistencial, que possibilitem o contato dos estudantes da área de saúde bucal com a realidade social;
XXV- incorporação de novas tecnologias em saúde bucal;
XXVI- avaliação dos padrões de qualidade e o impacto das ações de saúde bucal desenvolvidas.

Art.4º. Esta Lei será regulamentada pelo Executivo.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em fevereiro de 2004.


Norma Sueli Pereira Rodrigues
Vereadora